



Política de Privacidade e Proteção de Dados

Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD)

LET'S MAKE THE WORLD BETTER WITH OUR TECHNOLOGIES!

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

Ficha Técnica:

Título:
Política de Proteção de Dados

Edição
Departamento Recursos Humanos

Data de Edição
Junho 2026

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

ÍNDICE

- 1. Objetivo;
- 2. Princípios da proteção de dados;
- 3. Recolha/tratamento de dados pessoais;
 - 3.1. Âmbito
 - 3.2. Dados Recolhidos
 - 3.3. Finalidades e Fundamento de Litude
 - 3.4. Consentimento
 - 3.5. Videovigilância
- 4. Divulgação, Transferências, Conservação, Eliminação e Segurança dos Dados Pessoais
 - 4.1 Divulgação
 - 4.2 Transferências Internacionais de dados pessoais
 - 4.3 Conservação e Eliminação
 - 4.4 Segurança
 - 4.5. Violação de Dados Pessoais
- 5. Direitos dos titulares dos dados;
 - 5.1. Processos e procedimentos para solicitar acesso a informações pessoais tratadas ou para apresentar uma queixa relacionada com privacidade à Autoridade de Controlo.
- 6. Atualizações da Política de Privacidade

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

1. Objetivo

A presente **Política de Privacidade e Proteção de Dados** tem como objetivo informar de forma clara, transparente e concisa, os titulares de dados pessoais, incluindo utilizadores do website, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros, sobre o tratamento dos seus dados pessoais pela **Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A. (UTIS)**.

A UTIS, com sede na Estrada Nacional 249-4, Km 4, São Domingos de Rana, 2785-035 Cascais, reconhece a importância da privacidade e da proteção de dados pessoais e assume o compromisso de garantir o tratamento dos mesmos em conformidade com os princípios e as regras estabelecidas pelo Regulamento (UE) 679/2016 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – RGPD), e demais legislação nacional aplicável.

Esta política define também os direitos dos titulares dos dados e descreve os mecanismos disponíveis para o seu exercício, assegurando a confiança e transparência nas relações com todas as partes envolvidas.

2. Princípios da Proteção de Dados

A UTIS respeita a privacidade e a proteção dos dados pessoais que trata no âmbito da sua atividade, garantindo a conformidade com o **RGPD** e a legislação nacional em vigor.

A UTIS compromete-se a assegurar que os dados pessoais são:

- Tratados de forma lícita, leal e transparente;
- Recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo posteriormente tratados de forma incompatível com essas finalidades;
- Adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário em relação às finalidades para que são tratados;
- Exatos e, quando necessário, atualizados;
- Conservados apenas durante o tempo necessário para as finalidades do tratamento;
- Tratados de forma a garantir a segurança e confidencialidade adequadas.

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

3. Recolha e Tratamento de Dados Pessoais

3.1. Âmbito

A presente política aplica-se ao tratamento de dados pessoais efetuado pela UTIS *enquanto responsável pelo tratamento*, incluindo os dados recolhidos através do website www.utis.pt, bem como aos dados obtidos no âmbito de relações contratuais, comerciais e institucionais com clientes, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e outros titulares.

3.2. Dados Recolhidos

A UTIS poderá recolher, nomeadamente, os seguintes dados pessoais:

- Dados de identificação (nome, imagem, cargo, NIF);
- Dados profissionais (empresa, cargo, n.º de matrícula);
- Dados de contacto (email, telefone, morada);
- Dados técnicos (endereço IP, logs de acesso ao website);
- Dados necessários à execução de contratos, faturação ou assistência técnica;
- Dados relativos a candidaturas e recrutamento (nome, telefone, email, cv).

3.3. Finalidades e Fundamento de Licidade

O tratamento dos dados pessoais pela UTIS tem as seguintes finalidades e fundamentos de licitude:

- **Gestão de contactos e pedidos de informação** submetidos através do website – fundamento: interesse legítimo da UTIS em responder a solicitações e gerir a sua atividade (artigo 6.º, n.º 1, alínea f) do RGPD);
- **Gestão de clientes e fornecedores**, incluindo celebração e execução de contratos, faturação e comunicações necessárias à relação contratual – fundamento: execução de contrato e cumprimento de obrigações legais (artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c) do RGPD);
- **Comunicações institucionais e técnicas no âmbito da relação contratual** – fundamento: interesse legítimo da UTIS em assegurar a gestão e continuidade da relação com clientes e fornecedores (artigo 6.º, n.º 1, alínea f) do RGPD);
- **Cumprimento de obrigações legais e fiscais** – fundamento: obrigação legal a que

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

a UTIS se encontra sujeita (artigo 6.º, n.º 1, alínea c) do RGPD);

- **Envio de comunicações comerciais, quando aplicável** – fundamento: consentimento do titular dos dados (artigo 6.º, n.º 1, alínea a) do RGPD);
- **Gestão de processos de recrutamento e candidaturas** – fundamento: diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados e, quando aplicável, consentimento (artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e a) do RGPD);
- **Proteção de pessoas e bens, incluindo videovigilância das instalações** – fundamento: interesse legítimo da UTIS em garantir a segurança das suas instalações (artigo 6.º, n.º 1, alínea f) do RGPD), nos termos da legislação aplicável.

Os dados pessoais são tratados por meios manuais e/ou automatizados, sendo adotadas medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a sua segurança, integridade e confidencialidade.

3.4. Consentimento

Sempre que o tratamento de dados pessoais se baseie no consentimento do titular, este será solicitado de forma livre, específica, informada e inequívoca, mediante declaração ou ato positivo claro, após a prestação de informação adequada sobre as finalidades do tratamento.

O titular dos dados pode retirar o seu consentimento a qualquer momento, de forma simples e gratuita, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

3.5. Videovigilância

A UTIS utiliza sistemas de videovigilância nas suas instalações com a finalidade de assegurar a proteção de pessoas e bens, prevenir a prática de ilícitos, reforçar a segurança física das instalações e apoiar a investigação de incidentes de segurança.

O tratamento das imagens captadas pelos sistemas de videovigilância tem como fundamento jurídico o interesse legítimo da UTIS na proteção das suas instalações, colaboradores,

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

clientes, fornecedores e demais visitantes, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea f) do RGPD, sem prejuízo do cumprimento da legislação nacional aplicável.

Os sistemas de videovigilância encontram-se devidamente sinalizados através de avisos informativos colocados em locais visíveis antes da entrada nas zonas abrangidas.

As imagens recolhidas destinam-se exclusivamente às finalidades de segurança acima identificadas, não sendo utilizadas para controlo permanente do desempenho profissional dos trabalhadores nem para quaisquer finalidades incompatíveis com aquelas para que foram recolhidas.

O acesso às imagens encontra-se limitado às pessoas expressamente autorizadas pela UTIS e, quando legalmente exigido, às autoridades judiciais, policiais ou administrativas competentes.

As gravações serão conservadas pelo prazo máximo legalmente permitido, atualmente de 30 dias, sendo automaticamente eliminadas após esse período, salvo quando a sua conservação por prazo superior seja necessária para efeitos de investigação criminal, processo judicial ou cumprimento de obrigação legal.

A UTIS adota medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança, integridade, confidencialidade e rastreabilidade dos acessos às imagens recolhidas.

Os titulares dos dados mantêm todos os direitos que lhes são conferidos pela legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente os direitos de acesso, limitação do tratamento e apresentação de reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), sem prejuízo das restrições legalmente previstas quando o exercício desses direitos possa afetar direitos de terceiros, investigações em curso ou interesses de segurança pública.

O tratamento de dados pessoais através de sistemas de videovigilância é realizado em conformidade com o Regulamento (UE) 679/2016 (RGPD), a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados e segurança privada.

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

4. Divulgação, Transferências, Conservação, Eliminação e Segurança dos Dados Pessoais

4.1 Divulgação

A UTIS não comunica dados pessoais a terceiros, exceto quando tal seja necessário para:

- Cumprimento de obrigações legais;
- Execução de contratos em que o titular seja parte;
- Proteção de interesses vitais do titular;
- Situações em que tenha sido obtido consentimento expresso.

Em caso de partilha, os terceiros que tratam dados por conta da UTIS atuam como subcontratantes, encontrando-se vinculados por contrato que assegura a confidencialidade e segurança dos dados.

Os dados pessoais apenas poderão ser comunicados às seguintes categorias de destinatários, estritamente na medida do necessário para a prossecução das finalidades descritas na presente Política:

- Prestadores de serviços de alojamento e infraestrutura tecnológica;
- Prestadores de serviços de suporte técnico e manutenção informática;
- Consultores jurídicos, contabilísticos e fiscais;
- Instituições financeiras e entidades de pagamento;
- Seguradoras;
- Autoridades administrativas, regulatórias ou judiciais, quando legalmente exigido;
- Entidades públicas com competência legal para fiscalização ou controlo.

Todos os subcontratantes encontram-se vinculados por contratos escritos que asseguram o cumprimento das obrigações previstas no artigo 28.º do RGPD.

4.2 Transferências Internacionais de dados pessoais

A UTIS informa que, por regra, não realiza transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais situadas fora do Espaço Económico Europeu (EEE). Contudo, caso tal se revele necessário no âmbito da sua atividade, nomeadamente por recurso a prestadores de serviços externos e entrada nas instalações de clientes, a UTIS assegurará sempre que essas transferências ocorram em total conformidade com o disposto nos artigos 44.º a 50.º do RGPD, adotando as medidas técnicas, organizativas e jurídicas adequadas para garantir um nível de proteção de dados equivalente ao exigido na União

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

Europeia.

As transferências internacionais poderão basear-se, nomeadamente, nos seguintes mecanismos legais:

- a) Decisões de adequação adotadas pela Comissão Europeia, nos termos do artigo 45.º do RGPD, quando o país de destino beneficie de reconhecimento formal de um nível adequado de proteção de dados;
- b) Cláusulas Contratuais-Tipo aprovadas pela Comissão Europeia, nos termos do artigo 46.º do RGPD, celebradas entre a UTIS e a entidade destinatária dos dados;
- c) Regras Vinculativas Aplicáveis às Empresas (Binding Corporate Rules – BCR), quando aplicáveis;
- d) Outras garantias adequadas expressamente previstas na legislação aplicável.

Sempre que necessário, e em particular na sequência da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia, a UTIS procederá à avaliação dos riscos associados à transferência e implementará medidas suplementares de natureza técnica, organizativa e contratual destinadas a assegurar a proteção efetiva dos dados pessoais transferidos, incluindo, quando adequado:

- Encriptação dos dados em trânsito e em repouso;
- Pseudonimização dos dados pessoais;
- Controlo rigoroso de acessos;
- Medidas reforçadas de monitorização e auditoria;
- Limitação da quantidade de dados transferidos.

Os titulares dos dados poderão solicitar informações adicionais sobre as transferências internacionais realizadas e sobre as garantias adotadas, através dos contactos indicados na presente Política.

4.3 Conservação e Eliminação

Os dados pessoais são conservados apenas durante o período necessário ao cumprimento das finalidades para que foram recolhidos, e de acordo com prazos legais aplicáveis.

Prazos:

Clientes/vigência contratual, 10 anos de conservação; Faturação, 10 anos de conservação; Recrutamento sem contratação, 12 meses; Videovigilância, 30 dias; Pedidos de contacto, 2

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

anos; Logs de segurança, 12 meses de conservação.

Decorrido esse período, os dados pessoais serão eliminados de forma segura ou anonimizados de modo irreversível, sem prejuízo da sua conservação por períodos adicionais quando necessária para efeitos de cumprimento de obrigações legais ou para a declaração, exercício ou defesa de direitos em processo judicial.

4.4 Segurança

A UTIS adota medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra destruição, perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizado, incluindo:

- Acesso restrito a pessoal autorizado;
- Servidores cloud seguros localizados na União Europeia;
- Protocolos de encriptação e autenticação;
- Monitorização de incidentes de segurança.

É igualmente responsabilidade dos utilizadores garantir que os seus equipamentos e credenciais de acesso são utilizados de forma segura.

4.5. Violação de Dados Pessoais

A UTIS dispõe de procedimentos internos destinados à deteção, avaliação, contenção e resposta a incidentes de segurança suscetíveis de comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados pessoais tratados.

Sempre que ocorra uma violação de dados pessoais suscetível de implicar risco para os direitos e liberdades dos titulares dos dados, a UTIS notificará a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), sem demora injustificada e, sempre que possível, no prazo de 72 horas após ter tomado conhecimento da ocorrência, nos termos do artigo 33.º do RGPD. Quando a violação seja suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades dos titulares dos dados, estes serão igualmente informados sem demora injustificada, nos termos do artigo 34.º do RGPD.

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

5. Direitos dos Titulares dos Dados

Nos termos da legislação aplicável, o titular dos dados pessoais tem os seguintes direitos:

- **Direito de acesso** aos seus dados pessoais;
- **Direito de retificação** dos dados inexatos ou incompletos;
- **Direito ao apagamento** (“direito a ser esquecido”);
- **Direito à limitação** do tratamento;
- **Direito à portabilidade** dos dados, quando aplicável;
- **Direito de oposição** ao tratamento dos seus dados;
- **Direito de retirar o consentimento** previamente dado.

O exercício destes direitos é gratuito, salvo nos casos em que o pedido seja manifestamente infundado ou excessivo.

A UTIS compromete-se a responder a todos os pedidos no prazo máximo de **30 dias** a contar da respetiva receção.

5.1. Processos e procedimentos para solicitar acesso a informações pessoais tratadas ou para apresentar uma queixa relacionada com privacidade à Autoridade de Controlo

Os titulares dos dados podem exercer os seus direitos ou solicitar qualquer esclarecimento adicional através de contacto escrito para:

O responsável pelo tratamento de dados pessoais é a Ultimate Technology to Industrial Savings, S.A. (UTIS), com sede na Estrada Nacional 249-4, Km 4, São Domingos de Rana, 2785-035 Cascais.

A UTIS pode ser contactada para qualquer questão relacionada com a proteção de dados através do endereço eletrónico hr@utis.pt.

Encarregado da Proteção de Dados (DPO) – Responsável RH, Patrícia Ferreira Raimundo. Após avaliação da natureza, âmbito, contexto e finalidades das operações de tratamento realizadas, a UTIS concluiu que não se encontra legalmente obrigada à designação de um Encarregado da Proteção de Dados (DPO), nos termos do artigo 37.º do RGPD.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais poderá ser dirigida para hr@utis.pt.

	Política de Proteção de Dados	POL.RRH.02 Rev.00
		Data: 16/06/2026

Caso o titular considere que a UTIS violou os seus direitos ou obrigações legais em matéria de proteção de dados, poderá apresentar reclamação diretamente à **Autoridade de Controlo competente**, a **Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)** através do seu website: www.cnpd.pt

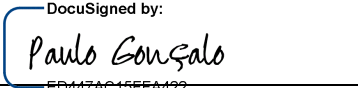
6. Atualizações da Política de Privacidade

A UTIS reserva-se o direito de alterar ou atualizar a presente Política de Privacidade sempre que tal se revele necessário para garantir a sua conformidade com alterações legais ou organizacionais.

A versão atualizada será sempre disponibilizada em www.utis.pt, com indicação da data da última revisão.

São domingos de Rana, 15 de junho 2026

Comissão Executiva

Paulo Gonçalo (CEO) 

Luís Nabais (CFO) 